

O NEGRO NO ESPAÇO ESCOLAR

ACESSO, DIFICULDADES E

ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Daniela Melo da Silva Carvalho
Patrícia Modesto Matos

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido como o país da multiplicidade. Essa diversidade aparece não só nas exuberantes paisagens, mas também na formação cultural brasileira caracterizada pela fusão de etnias e culturas diversas. No entanto, essa miscigenação racial costuma ser simplificada e romantizada. Muito já foi ouvido sobre o Brasil ser um país mestiço e livre de preconceitos, entretanto, por trás desse discurso de miscigenação, esconde-se uma realidade violenta e racista. Esse pensamento que, na nossa história, sugeriu uma fusão fraterna e tranquila entre brancos, negros e índios, serve ainda hoje para a manutenção das desigualdades raciais e se manifesta nos vários espaços da estrutura social do país, sendo a escola o mais evidente e danoso.

A educação é um direito de todos e obrigação do Estado, e essa obrigatoriedade limita-se basicamente ao acesso a esse direito. Dessa forma, é preciso que a educação tenha qualidade e que atinja seus objetivos, além de promover para todos, igualdade de oportunidades e respeito às diferenças culturais. Historicamente, as Diretrizes Curriculares (2004) mostram que o Brasil, no período inicial da construção de um modelo de educação, demonstrou-se excludente, impedindo

que muitos brasileiros negros acessassem as escolas. Isso pode ser observado no Decreto nº 1.331, de 1854, que estabelecia a não admissão de escravos nas escolas públicas brasileiras, e a instrução destes passaria a depender da disponibilidade de professores. Já em 1878, o Decreto nº 7.031 também versava sobre essa questão, estabelecendo que os negros poderiam somente estudar no período noturno.

A garantia do direito de estudar, para os negros, ao longo dos anos, foi atrelada à perda da herança cultural de seu povo. Para muitos filhos de negros, a única possibilidade de educação era o aprendizado por meio do colonizador, e os poucos que tinham acesso às escolas públicas brasileiras estudavam uma história que não era a da sua gente, com livros de personagens brancos de olhos azuis. Enfim, os professores e a escola representavam um mundo muito diferente daquele do povo negro (Munanga, 1988).

É certo que o negro sofreu e ainda sofre discriminação no Brasil, e o espaço escolar é mais um desses lugares onde esse fato torna-se evidente. Desde a publicação dos decretos supracitados até os dias atuais, muitos avanços importantes aconteceram tanto no campo teórico, que permitiram o reconhecimento do racismo e a definição de suas manifestações, quanto no campo prático. Um exemplo dessas mudanças práticas que será detalhado neste capítulo é a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica. O objetivo dessa lei vai além de garantir vagas para negros nos bancos escolares. Essa regulamentação tenta reparar danos que se repetem há cinco séculos, valorizando a história e a cultura do povo negro, bem como garantir sua identidade e direitos (Brasil, 2004a).

Destaca-se a importância da escola enquanto instituição fundamental para o desenvolvimento e a socialização dos sujeitos. Dessa forma, é importante entender como se deu o processo de inclusão do negro na educação brasileira e qual o caminho que permitiu o acesso desse grupo ao contexto escolar. É preciso ir além e discutir ainda sobre a permanência, bem como sobre a trajetória desses alunos nas escolas brasileiras, as dificuldades e desafios por eles enfrentados ao vivenciar o racismo nesse espaço. É imprescindível a existência de estudos que fundamentem e relacionem a temática entre racismo e escola, observando a expressão e as consequências deste no ambiente escolar, assim como a função social da escola no enfrentamento ao racismo e no exercício da cidadania.

A partir disso, alguns questionamentos podem ser evidenciados: como se deu a inserção do negro na escola? Como é a realidade educacional do discente negro nas escolas brasileiras? Como está a legislação atual para a promoção de uma educação antirracista? Qual a função da escola no enfrentamento dessa

realidade discriminatória no ambiente escolar brasileiro? Para tanto, o presente estudo tem o objetivo de analisar teoricamente o processo de inclusão da população negra no contexto escolar, abordando a realidade de racismo enfrentada por esse grupo nas escolas brasileiras para entender o papel da escola no enfrentamento do racismo.

Buscou-se, a partir desse objetivo, responder aos questionamentos propostos, relacionando e discutindo os aspectos legais e raciais, ao envolver a escola no enfrentamento ao racismo. Os quatro tópicos abordados são: inserção da população negra na educação básica brasileira; discriminação na escola: realidades e resistências; racismo e educação: aspectos legais sobre as questões raciais e a escola; e a função da escola no enfrentamento ao racismo. Acredita-se que este trabalho pode contribuir com a ampliação do debate acerca da temática racial e, sobretudo, favorecer as escolas com material teórico para fomentar a discussão a respeito do tema, ao inspirar novas estratégias pedagógicas que contribuam para transformar a escola em um espaço mais democrático.

2 INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

A educação formal, no Brasil, teve início com a chegada dos padres jesuítas, em 1549, para cumprir os “Regimentos” propostos pelo rei de Portugal que objetivava orientar a política educacional na Colônia. Inicialmente, a atuação dos jesuítas estava baseada na catequização dos indígenas através da instrução elementar, que conquistaria mais adeptos para a Igreja Católica, bem como uma mão de obra barata (Santos et al., 2013; Saviani, 2008). Além dos nativos, os brancos poderiam ter acesso aos ensinamentos, e a formação ofertada era chamada de educação média, que catequizava e preparava para o trabalho (Santos et al., 2013). Após a expulsão dos jesuítas, a educação brasileira passou a ser organizada pelo Estado. O ensino era ofertado aos filhos de fazendeiros, senhores de engenho, farmacêuticos, militares e outras autoridades. As meninas eram instruídas pelas mães ou pela ama, que ensinavam a leitura, a escrita e as prendas domésticas (Santana, 2015).

Nesse sentido, a sociedade escravocrata fez uso de diversos mecanismos para impedir o acesso e a permanência do negro no sistema escolar. Contudo, pesquisas mostram que, em algumas províncias, professores realizaram o registro censitário das turmas, ao incluir o nome e a cor dos alunos. Assim, foi possível encontrar informações que comprovam a forma como ocorreu o processo de escolarização dos negros, ainda no período escravocrata, e desconstruir a ideia de que essa população não frequentava as escolas (Santos et al., 2013).

A província de Minas Gerais foi a primeira a realizar o censo populacional no Brasil. Foram encontrados os registros de dez distritos que apresentam dados significativos sobre a escolarização da época. Na média geral, havia, nas escolas, a presença de 77% de negros para 23% de alunos brancos nas aulas de instrução elementar. O autor destaca que o predomínio de negros nas escolas de Minas Gerais, no século XIX, está vinculado ao perfil populacional e em concordância com a elite dirigente, a qual tinha o objetivo de promover a educação elementar gratuita como instrumento de controle e ordenamento social. Mesmo com a presença majoritária de negros, nas escolas, não houve movimento para práticas pedagógicas diferenciadas no que diz respeito ao favorecimento do negro e ao combate do preconceito racial. Na verdade, ofereceu-se uma educação hierarquizada que favoreceu a elite branca em relação aos negros escravizados (Fonseca, 2011). Dessa forma, existe também uma escassez, na historiografia brasileira, de informações sobre a atuação de professores negros e sobre a existência de escolas para a promoção do ensino à população negra livre ou cativa (Santos et al., 2013).

Nessa perspectiva, além de Minas Gerais, foram encontrados registros em outras províncias que contribuíram para a educação da população negra. Há relatos de escolas no Rio de Janeiro e em São Paulo, criadas para desenvolver o ensino, nas quais professores negros ministravam as aulas para alunos negros, escravos ou livres. Destacam-se as escolas de Pretextato dos Passos e Silva, no Rio de Janeiro, em 1853, e o Colégio Perseverança ou Cesarino, em Campinas, criado em 1860, a primeira escola destinada às mulheres (Santos et al., 2013).

Através de ações isoladas, outras instituições também colaboraram para a escolarização dos negros, como o Colégio São Benedito, em Campinas, fundado no ano de 1902, que buscava alfabetizar os filhos de cor da cidade, e as aulas públicas ofertadas pela irmandade de São Benedito até 1821, em São Luís do Maranhão (Pereira, 1999). Alguns trabalhos citam a escola originada no Quilombo da Fazenda Lagoa Amarela, em Chapadinha, no Maranhão, criada pelo negro Cosme (Cunha, 1999); a Escola Primária, no Clube Negro Flor de Maio, localizada em São Carlos (SP); a Escola dos Ferroviários de Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e os cursos de alfabetização, de primário regular e preparatório para o ginásio, desenvolvidos pela Frente Negra Brasileira em São Paulo (Barbosa, 1997; Cunha Jr., 1997).

Compreende-se, com o contexto histórico, que, desde a reforma Pombalina até o período abolicionista, o Brasil fez alterações no sistema educacional

que não conseguiram dar visibilidade à população negra (Santos et al., 2013). A elite escravocrata não tinha interesse em mudar o modo como estavam estabelecidos os papéis na sociedade. “O negro era colocado à margem da história, da qual nunca era considerado um sujeito e, sim uma mercadoria de alto valor” (Pereira, 2016, p. 31).

Para garantir o funcionamento, a educação brasileira passou por sucessivas reformas, a exemplo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, em 1827, do Ato Adicional, no ano de 1834; a reforma Couto Ferraz, de 1854; a Leôncio de Carvalho, de 1879, e de outros projetos de reformas que foram apresentados ao Parlamento nos últimos anos do final do império, mas que não tiveram êxito (Saviani, 2008). Dentre a legislação que aprovou as mudanças na educação brasileira, destaca-se o Decreto de nº 1.331, aprovado em 17 de fevereiro de 1854, que proibia o acesso dos escravos à escola pública. Anos mais tarde, os negros foram aceitos nas escolas, no entanto, poderiam estudar apenas durante o período noturno, acesso que foi possível apenas a partir do Decreto nº 7.031 – A, de 6 de setembro de 1878 (Santos et al., 2013).

Relatórios produzidos por professores apresentam depoimentos que destacam os diversos mecanismos utilizados pelo sistema educacional para dificultar o acesso e a permanência da população negra no espaço escolar. A exemplo disso, podem-se destacar as críticas destinadas às famílias que tirassem da escola os filhos antes de finalizar a escolarização ou as dificuldades encontradas para realizar a matrícula por falta de “vestimentas adequadas” e de um adulto responsável, o que consequentemente dificultava a aquisição do material escolar e da merenda. Com isso, “as dificuldades enfrentadas por alunos negros, presentes durante o século XIX, permaneceram nas primeiras décadas do século XX; no mesmo período em que aconteciam os debates acerca da importância da disseminação da educação popular” (Barros, 2005, p. 85).

A partir da abolição da escravidão, buscaram-se instruções normativas para regulamentar o ensino público no Brasil. Nesse período, não havia mais escravos, e os libertos estavam à mercê da própria sorte. A educação passou, então, por um período de muitas reformas, como a realizada por Benjamin Constant, cujo objetivo era normalizar a conduta moral da sociedade, já que brancos e negros compartilhariam os mesmos espaços, especificamente, as escolas. Assim, inseriu, no currículo escolar, a disciplina “Moral e Cívica”, além de outras medidas de controle para punir, proibir, centralizar e elitizar. O Estado, pois, propôs mudanças na educação, com o intuito de tornar o negro um sujeito civilizado (Silva & Araújo, 2005).

O processo educativo tem ascensão quando ocorre o desenvolvimento industrial, já nos anos finais do século XIX, quando foram construídos grupos escolares que ofertavam cursos diurnos e noturnos, nas cidades e no campo, impulsionando o ensino popular e profissionalizante. Essas instituições propiciaram, a uma pequena parcela da população negra, a possibilidade de tornar-se independente e intelectualizada. Isso gerou um movimento de autoproteção e resistência, na luta por reivindicações sociais, para a melhoria da vida após o processo de abolição da escravidão (Silva & Araújo, 2005).

A partir da década de 1960, com a LDBN 4.024, de 1961, os movimentos negros reivindicavam a ampliação da rede de ensino público, para que em todo país, os negros tivessem acesso às escolas. No entanto, apesar de obter mais possibilidades para cursar uma educação formal, havia muita discriminação na sala de aula (Cruz, 2005). Mais tarde, os movimentos negros, ainda mais fortalecidos, começaram a denunciar a exclusão dos temas e fontes históricas ignorados no processo de aquisição da educação formal (Cruz, 2008).

É perceptível que as políticas da educação brasileira se ampliaram durante esses anos para que a população negra pudesse ter acesso à educação básica através das escolas. Mas, além do acesso, a trajetória escolar dos alunos negros, durante esse período de escolarização, é igualmente preocupante. A seguir, discutimos a realidade educacional do discente negro nas escolas brasileiras.

3. DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA: REALIDADES E RESISTÊNCIAS

A escola é uma importante instituição social que dá continuidade ao processo de socialização iniciado pela família e pode ser o primeiro local de vivência de tensões raciais. O racismo aparece na escola de maneira sutil, camuflado em forma de brincadeiras e apelidos que podem impedir os alunos negros de construir a sua identidade étnica de maneira positiva. A consequência disso é que, mesmo depois de adultos, as experiências de preconceito racial vivenciadas na escola ficam guardadas na memória do sujeito, ainda que a maturidade e a consciência racial lhes permitam superar a introjeção do preconceito (Gomes, 2003; Williams & Davidson, 2009).

A literatura sobre esse tema revela que o racismo pode ser manifestado na escola de diversas formas, seja na relação com seus pares na sala de aula ou em outros espaços, seja na relação com os professores ou com a equipe diretiva, seja na falta de representatividade no espaço escolar, entre outros. Dessa forma, as pesquisas a seguir demonstram a abrangência das situações

de racismo e discriminação dentro da escola e as consequências destes para todos os envolvidos.

A pesquisa conduzida por Matos e França (2019a) encontrou 16 trabalhos que apresentam as formas mais evidentes do racismo no ambiente escolar. O racismo pode ser observado: na distribuição da atenção reduzida às crianças negras que estão inseridas na educação infantil; quando os professores rotulam os alunos negros como indisciplinados; com o embranquecimento, por parte dos docentes, dos alunos negros que têm melhor desempenho; na demonstração de estranhamento ao encontrar estudantes negros ocupando os bancos escolares antes ocupados somente por estudantes brancos; entre outros. Além disso, as autoras apontam que o racismo contribui para as maiores taxas de evasão, reprovação e fracasso escolar pelos alunos negros.

Outro estudo realizado por Santos (2005) buscou identificar as incidências de preconceito e discriminação racial no cotidiano escolar dos alunos negros, brancos e índios de duas escolas públicas de Mato Grosso. Os resultados mostraram que os alunos negros têm mais dificuldade de serem incluídos nos grupos de amigos, como também nos grupos para a realização de atividades escolares. Além disso, os alunos negros são depreciados através de apelidos, que são interpretados pelos perpetradores como brincadeiras. Alguns até reconhecem como sendo brincadeiras de mau gosto, mas continuam a fazer por considerarem divertidas. Outra característica física dos negros bastante evidenciada nesse estudo foi o cabelo, que passa a ser mais um atributo de depreciação para os estudantes negros. A autora enfatiza que, nesse caso, o cabelo passa a ser mais funcional como veículo de preconceito do que a cor da pele, porque, ao se referir ao cabelo, eles acreditam que não estão sendo abertamente racistas.

Além da relação aluno-aluno, no ambiente escolar, onde já se percebeu que não é muito igualitária, os alunos negros ainda enfrentam outras violências simbólicas por parte dos professores, não tão claras ou diretas, mas que acabam interferindo na trajetória escolar desses estudantes. Essa violência simbólica é reafirmada ainda pela linguagem não verbal e pela ausência de contato físico afetivo com crianças negras por parte dos professores. Para as crianças brancas, são feitos elogios a elas enquanto pessoas: são boas, bonitas, inteligentes. Já para as crianças negras, os elogios são feitos às tarefas que elas executam e não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo (Carneiro, 2011; França, 2017).

Crerios de avaliações semelhantes foram encontrados na pesquisa realizada por França (2017), cujo objetivo era analisar o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras. Nesse estudo, 109 professores teriam que

analisar uma redação escrita por uma criança e atribuir uma nota - de zero a dez - a essa redação, especificando os critérios utilizados para a avaliação. Seria uma única redação posta em análise, mas o texto estaria acompanhado pela foto da criança que supostamente a escreveu. Para um grupo, a foto seria de uma criança negra, e, para o outro grupo, de uma criança branca. Os resultados demonstraram que os professores atribuíram notas mais altas às redações acompanhadas pela foto da criança branca, em detrimento das redações acompanhadas pela foto da criança negra. Além disso, os critérios de correção utilizados também divergiram: enquanto que, para a criança branca, foram atribuídas características referentes à inteligência e à capacidade de pensar, como criatividade, expressão, idade e construção textual, para as crianças negras, utilizaram critérios como correção gramatical, caligrafia e principalmente o esforço.

Apesar de os dados supracitados refletirem a realidade vivida pelos alunos negros nas escolas brasileiras, o reconhecimento da presença de racismo nesse ambiente ainda é negado pelos atores envolvidos nesse processo. Algumas pesquisas realizadas com professores demonstram que as discriminações ocorridas entre os alunos são vistas como ações inerentes à interação das crianças. Quando associam algumas dessas ações a fatores raciais, desvalorizam-nas, considerando-as pequenas e raras de acontecer (Cavalleiro, 2005; Feitosa dos Santos, 2014; Bernardo & Maciel, 2015). Não existe também o reconhecimento dos prejuízos que tais acontecimentos podem provocar no dia a dia e na vida das crianças envolvidas. Percebe-se, então, que a opinião dos professores sobre os aspectos raciais varia muito, indo desde o não reconhecimento da presença de racismo no ambiente escolar, ou seja, não aceitam a possibilidade de as crianças cometerem discriminação, passando pela desvalorização dessa problemática, até chegar ao reconhecimento da discriminação racial (Cavalleiro, 2005).

O não reconhecimento pelos professores de que o racismo é um fato recorrente e presente nas escolas brasileiras resulta na perpetuação de práticas discriminatórias graves e nas resoluções inadequadas de conflitos raciais nessas instituições. Uma pesquisa mais recente, realizada a partir das observações de estagiários de Pedagogia sobre situações de preconceito e discriminação, revelou que os professores da educação infantil comparavam o desempenho de alunos brancos e negros e faziam comentários sobre as características físicas dos alunos, além de dispensarem afetos de forma diferente a esses grupos. Outro resultado importante foi que os estagiários relataram apresentar dificuldades em reconhecer situações de preconceito e discriminação. Isso demonstra que a temática étnico-racial é pouco discutida durante a formação docente

(Aguiar et al., 2015). Esses achados também corroboram com os resultados de Orlando e Ferreira (2014) ao retratarem os argumentos dos professores de que se sentem despreparados para lidar com os aspectos raciais na prática e acabam tomando decisões equivocadas para resolver as situações.

Outra ideia que permeia o discurso dos professores e que reforça o não reconhecimento do racismo é a atribuição à causa das discriminações existentes entre os alunos às questões socioeconômicas. Os professores ignoram as diferenças étnico-raciais presentes no cotidiano escolar e consideram que a discriminação não estaria voltada à cor de pele e sim ao pertencimento social. Nesse ponto, eles deixam de reconhecer sua responsabilidade e culpabilizam as famílias, fazendo-as responsáveis pelas situações de conflitos e comportamentos inadequados das crianças. Observa-se ainda que, ao atribuírem as causas a questões econômicas ou a problemas familiares, desvinculam a escola desse processo e não reconhecem a função social desta de respeitar a diversidade e combater o racismo (Santos, 2005).

Fica claro, por meio dos estudos apresentados, que a escola, enquanto instituição, precisa considerar a pluralidade cultural existente no seu espaço educacional para que possa atender a uma sociedade plural, de modo imparcial; as questões que envolvem o negro na escola, como a valorização e o respeito à sua cultura, a diversidade e a representatividade nos livros didáticos. O respeito e a intolerância a práticas racistas na escola, se negligenciadas, podem contribuir, além do sofrimento dos alunos negros, para o aumento da exclusão em outros espaços sociais. O que seria necessário, portanto, para mudar essa realidade discriminatória nas escolas brasileiras? Para começar a responder a essa questão, será apresentada, no tópico seguinte, a legislação brasileira que contempla as questões raciais na educação básica e como essas normas podem contribuir para a consolidação dessa mudança.

4. RACISMO E EDUCAÇÃO: ASPECTOS LEGAIS SOBRE AS QUESTÕES RACIAIS E A ESCOLA

Apesar do avanço na promulgação de políticas públicas para promover a educação étnico-racial, a escola ainda conta com uma história de exclusão e invisibilidade da população negra, sendo configurada por meio do racismo percebido nas relações entre os sujeitos no universo escolar (Cruz, 2014; Santiago, 2015), nos livros didáticos (Roza, 2017; Santos et al., 2019), nos modos diferenciados de avaliação (Cavalleiro, 2005; França, 2017; Feitosa dos Santos, 2014). Além disso,

é possível encontrar uma proximidade em relação à cor negra e ao fracasso na trajetória escolar (Chagas & França, 2010; Moreira-Primo & França, 2020). Os discentes negros são aqueles que são apontados com mais problemas disciplinares (Carvalho, 2005), apresentam os maiores números de evasão e reprovação (Jesus, 2018; Maggie, 2006), enfrentam mais dificuldades e estão em menor quantidade nas instituições de ensino superior (São Paulo, 2010).

No Brasil, os dados disponíveis para analisar os níveis educacionais atingidos pela população negra ainda são pouco substanciais para caracterizar os efeitos cumulativos da discriminação racial na educação formal. Mas, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2017, 11,5 milhões de pessoas ainda não sabiam ler e escrever. A incidência desses dados chega a ser mais que o dobro quando se compara os resultados entre pretos e pardos (9,3%), e brancos (4%) (PNAD, 2017).

Além do acesso, a exclusão também ocorre quando os alunos não conseguem permanecer no espaço escolar. A impossibilidade de exercer o direito à educação formal afeta 5,6% dos alunos brancos e 7,0% dos negros, totalizando 6,5% das crianças e adolescentes brasileiros com idades entre 4 a 17 anos (IBGE, 2015). Tal contexto também é uma realidade no estado de Sergipe, onde, dos 75 municípios, 5 apresentam os maiores índices em relação a crianças e adolescentes negros e brancos fora da escola (ver Tabela1).

Tabela 1- Alunos brancos e negros fora da escola em Sergipe.

Municípios	Total de Alunos	Branco	Negros
Tobias Barreto	1837	26,0%	74,0%
Itaporanga d' Ajuda	1150	27,5%	72,5%
Poço Redondo	1028	30,8%	69,2%
Barras dos Coqueiros	820	14,9%	85,1%
Neópolis	527	16,3%	83,7%

Fonte: Fora da Escola Não Pode! (UNICEF, 2020).

A evasão escolar na educação básica também contribui para a ausência de jovens negros nas instituições de ensino superior. Nesse contexto, a realidade chega a ser ainda mais discrepante e as diferenças de oportunidades tornam-se mais acentuadas. Para a realidade educacional brasileira, possuir a cor de pele branca significa ter 14% a mais de chances de concluir o ensino superior (PNAD, 2017). Apesar de atualmente os alunos negros (50,3%) já serem a maioria nas

instituições públicas, ainda seguem sub-representados em relação à população negra brasileira, 55,8%. Além do mais, os negros são maioria dos desempregados, recebem salários menores, ocupam menos cargos de liderança e cargos políticos (IBGE, 2018).

Entende-se que um dos papéis da educação é permitir a mobilidade social, mas os dados apresentados anteriormente nos fazem refletir se essa mobilidade está garantida e se é acessível a todos os grupos sociais. Historicamente, a educação sempre apareceu como opção para a resolução dos graves problemas sociais, e após a Segunda Guerra Mundial, foi utilizada como chave para tentar resolver a situação do racismo, pois acreditava-se que este seria fruto da falta de informação e de conhecimento. Nesse caso, a educação ganhou uma função fundamental e foi atribuído à escola o papel de esclarecimento, acreditando que, dessa forma, seria possível combater o racismo (Pereira, 2001).

É sabido que somente o esclarecimento e o acesso à informação a respeito da diversidade cultural estão longe de combater o racismo e permitir a mobilidade social por meio da educação. A Constituição Federal garante a universalidade do direito à educação e a obrigação do Estado em garantir esse direito. Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana, no art. 3º, repudia qualquer forma de discriminação, deixando muito claro que, em qualquer ambiente social, como também na escola, é preciso acolher as diferenças étnicas, de raça e de sexualidade. Em contrapartida, como foi observado no tópico anterior, o sistema educacional brasileiro está repleto de práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias que trazem prejuízo para o desenvolvimento de alunos, principalmente os negros (Cavalleiro, 1998).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prioriza a igualdade e proteção das crianças e adolescentes e assegura, no art. 53, que o acesso à educação e a permanência na escola devem ocorrer em condições iguais para todas as crianças e adolescentes. O Estatuto diz, ainda, que todos eles têm o direito de ser respeitados por seus educadores. É compreensível que existam diferenças dentro do ambiente escolar, mas é preciso que os mecanismos legais possam assegurar uma educação de qualidade correspondente ao ideal garantido, por direito, pela Constituição Federal (Brasil, 1988; Brasil, 1990).

Em conformidade com a norma que rege as relações entre os brasileiros, e em consonância com a promoção da educação para todos, seja através de instituições públicas ou particulares, vigora desde 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBN). Nesse documento, estão expressos os princípios e fins da educação

nacional que foram citados na CF e outros pontos específicos do contexto educacional. Destaca-se o artigo 1º, o qual preconiza que a educação é ampla e abrange vários processos formativos relacionados à vida familiar, à convivência humana, do trabalho, das instituições de ensino, entre outros. Além disso, enfatiza que o ensino ocorre em instituições culturais e que deve ser associado ao mundo do trabalho e à prática social. Diante da dimensão dessa lei para a construção educacional, é importante destacar o papel que o ensino da História do Brasil tem por meio das “contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Brasil, 1996).

No entanto, a realidade encontrada nas práticas educativas difere daquela preconizada pela legislação. Por mais que as normas orientem para uma educação que valorize a diversidade étnico-racial, pesquisadores constaram que o conhecimento transmitido nas escolas brasileiras ainda segue o modelo eurocêntrico, valorizando os saberes transmitidos pelos colonizadores oriundos da cultura europeia. Isso impede a valorização e a apreciação das contribuições culturais de outros povos, como os indígenas, africanos, orientais, entre outros que contribuíram de forma significativa para a formação da história, da cultura e da ciência no Brasil. É necessário e urgente buscar outros modelos de humanidade que são milenares e que permanecem vivos além dos muros da escola (Nogueira & Guzzo, 2017).

É nessa esfera de garantia dos direitos e valorização da diversidade étnica e cultural que surgiu a Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei nº 9.394, de 20 novembro de 1996, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. O conteúdo programático incluiu o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Brasil, 2003). Além disso, a Lei nº 10.639/2003 incluiu o dia da consciência negra no calendário escolar, comemorado no dia 20 de novembro. A abordagem dessa data no ambiente escolar, assim como o 13 de maio, traz em si grandes questionamentos sobre a efetividade dessa lei, pois, a depender de como serão abordadas as temáticas dos negros nessas festividades, poderá ser resumida a um cumprimento obrigatório ao gerar ainda mais naturalizações e tornar a proposta ineficaz (Macêdo, 2016).

Concebe-se que a Lei nº 10.639/2003 deve ir além das datas comemorativas. Precisa-se construir uma educação, em consonância com as relações étnico-raciais,

que possibilite aprendizagens entre brancos e negros, a troca de conhecimentos e a construção conjunta de uma sociedade justa e igualitária (Brasil, 2004a). Faz-se necessário, por meio dessa norma e através da educação, reparar os danos históricos para com os negros e promover igualdade de identidades e de direitos no Brasil. Trabalhar com essas dimensões é muito mais construtivo do que transformá-las em conteúdos ou temas transversais, além de perceber como esses processos estão presentes e se manifestam na esfera social e na escola (Gomes, 2005). Assim, a Lei nº 10.639/2003 surge como uma “mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial” (Gomes, 2012, p. 08).

Sabe-se, como já foi exposto, que apenas a publicação da Lei nº 10.639/2003 não garante que as escolas promovam um currículo escolar mais inclusivo, sendo necessário o incentivo e o acompanhamento dos gestores e dos órgãos competentes para que as instituições escolares possam implementá-la (Arruda, 2014). Diante desse contexto, Matos e França (2019b) conduziram uma pesquisa com o objetivo de averiguar as formas como a implementação da Lei nº 10.639/2003 está ocorrendo nas escolas e os possíveis entraves para a efetivação dela. Constatou-se, a partir da análise de 30 documentos (artigos, teses e dissertações), que essa lei está sendo implementada nos currículos escolares, nas disciplinas, por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares, entre outros. Essas mudanças estão ocorrendo na Educação Infantil, na Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os achados também apontam os principais entraves no cumprimento da norma, ou seja, é possível encontrar escolas onde há resistência em promover alterações no currículo escolar, professores que acreditam não ser necessário existir uma lei obrigando o ensino da temática étnico-racial ou até desconhecem a existência dessa legislação, além do mito da democracia racial que ainda persiste no ambiente educativo.

Entende-se que a Lei nº 10.639/2003 é um marco de grande relevância para a sociedade brasileira, resultado da resistência histórica empreendida nos séculos XX e XXI pelo Movimento Negro contra as desigualdades vivenciadas pela população negra (Agostinho et al., 2014). Após a Lei nº 10.639/2003 entrar em vigor, outras discussões surgiram no contexto educacional, pois havia a necessidade de reconhecer as contribuições dos indígenas para a construção da sociedade brasileira. Portanto, em 10 de março de 2008, a referida Lei é alterada para a Lei nº 11.645, que, além de manter o ensino da história e da cultura afro-brasileira, acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas (Goulart & Melo, 2013).

Outro documento que orienta as práticas pedagógicas são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados em consonância com a LDBN (1996), buscando integrar as escolas, as famílias, o governo e a comunidade na construção de uma educação transformadora que amplie e aprofunde o debate educacional baseado na realidade da sociedade brasileira. Esse documento discorre sobre a importância do papel da escola no acolhimento e manutenção dos discentes no espaço escolar, a partir da valorização e reconhecimento da diversidade do público que frequenta esse espaço. Outro aspecto destacado aponta para a relação entre a escola e a comunidade, em que todos devem contribuir para a promoção da educação. Assim, os PCNs declaram que:

É fundamental que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, propiciando às crianças e aos jovens pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade. (PCNs, 1998, p. 44)

Dentro dessa perspectiva, os PCNs apontam a necessidade de transversalizar alguns temas vivenciados pelos discentes no cotidiano deles que envolvem problemáticas sociais atuais e urgentes, podendo ser percebidos no âmbito nacional ou até mundial. Esses temas são: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho, e Consumo. Destaca-se o tema Pluralidade Cultural, cujo intuito é abordar as características da formação histórica brasileira que ocorreu através da imigração de diversos povos. A história do Brasil está marcada pela mistura de religiões, línguas, grupos culturais, nacionalidades, entre outros. Isso possibilita uma diversidade étnico-racial e cultural muito grande. Por ser uma sociedade tão plural, são frequentes as situações de preconceito e discriminação que atingem uma parcela da população, gerando desigualdades no acesso aos direitos básicos (PCNs, 1998).

Nesse sentido, a escola deve ser local da aprendizagem de que as regras do espaço público democrático garantem a igualdade, do ponto de vista da cidadania, e ao mesmo tempo a diversidade, como direito. O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobretudo, a vivência desses princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. (PCNs, 1998, p. 69)

Além dos ordenamentos citados, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana representam um grande passo na conquista do acesso à educação através das ações afirmativas para a população afrodescendente. Essas diretrizes foram instituídas pelo Parecer CNE/CP 003/2004, cujo foco é na política curricular para que ocorra o reconhecimento e a valorização das contribuições dos negros na formação da sociedade brasileira. A palavra de ordem é reconhecer, para questionar as relações étnico-raciais; valorizar e divulgar a resistência dos negros a partir da escravidão; respeitar as pessoas negras e suas manifestações culturais; para que todos os setores da sociedade, principalmente a escola, reconheçam e possam combater os mecanismos de preconceito e discriminação que estão presentes nas relações sociais, assim como no contato entre os grupos (Brasil, 2004b).

As legislações demonstram, por meio de sua amplitude, que a questão racial deve passar pela ação docente, gestão escolar, currículo, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, além de ser refletida em todos os momentos educacionais. O tema precisa estar presente na formação de professores, acompanhado de exemplos de práticas concretas que possam possibilitar uma mudança real de valores e novas práticas pedagógicas. Quanto aos materiais didáticos, analisar o material existente ou ler novos documentos sobre diversidade, não é suficiente, pois é preciso refletir sobre os valores que estão por trás do material, para, enfim, construir novas práticas. Destarte, a escola precisa avançar enquanto instituição. Para isso, necessita ampliar o processo educacional e entendê-lo como sendo formado por outras dimensões: ética, diversidade, identidade, entre outras. A ênfase dada à aquisição de saberes e conteúdos deve dar espaço ao humano, constituído de diferenças, emoções e valores (Gomes, 2005; Macêdo, 2016).

Dessa forma, é imprescindível compreender que a legislação é apenas o ponto de partida para o reconhecimento do racismo e de suas consequências para todo o processo educativo. A lei precisa ser acompanhada de investimentos que possam permitir a construção de materiais didáticos coerentes com a realidade racial e disponíveis para rede pública de ensino. Além disso, faz-se necessária uma política de formação para as relações étnico-raciais que possa promover mudanças substanciais no fazer educacional e nas novas gerações. A seguir, refletimos sobre como mudar essa realidade discriminatória nas escolas brasileiras, buscando entender qual a função da escola no enfrentamento ao racismo.

5. A FUNÇÃO DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO

A escola brasileira cumpriu, por muito tempo, a sua função de transmissora de conteúdos historicamente acumulados, conteúdos esses que eram trabalhados de forma distante da realidade social brasileira. Desse modo, não era considerada competência da escola discutir temas relacionados à formação humana, incluindo as questões raciais.

Considerando que a escola é um importante agente de socialização, ela deve estar comprometida com um projeto coletivo de mudanças sociais, o qual considera o processo de desenvolvimento do indivíduo como um modelo aberto às diferenças culturais e étnicas enriquecedoras para o tecido social. Mas o modelo educacional no Brasil, como já foi visto, não é muito inclusivo e não consegue garantir que, por meio da escola, todos tenham igualdade de oportunidades (Gomes, 2005; Lopes, 2005).

Nesse sentido, um dos caminhos percorridos pela educação brasileira para o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar é através da educação antirracista. Para Ferreira (2012), essa forma de educação busca discutir as relações raciais e as práticas pedagógicas do cotidiano escolar associadas à formação dos professores. Tal perspectiva difere do entendimento de enfrentamento abordado por White (1974/1985), compreendida por este como um termo mais amplo, traduzido do inglês *coping*, relacionado à adaptação de problemas que exigem comportamentos variados e provocam emoções desconfortáveis.

A educação antirracista tem os princípios baseados em críticas e em reflexões intensas relacionadas a ideologias, textos e práticas presentes na escola. O ensino antirracista envolve discussões sobre a discriminação, as desigualdades raciais do passado e atuais, apontando as forças que conservam o racismo. Isso pode aumentar a empatia e desencorajar futuros comportamentos racistas. Dessa forma, é necessário ampliar as discussões sobre a raça¹ e sobre o racismo para desenvolver uma consciência que vai de encontro às compreensões normais das práticas escolares (Husband, 2011; Levy & Hughes, 2009).

O estudo desenvolvido por Husband (2011) concentrou-se em defender a integração da educação antirracista nas aulas de Estudos Sociais, nos Estados Unidos, para crianças da educação infantil. Segundo o autor, a educação antirracista traria benefícios para as crianças, equipando-as com ferramentas sociais e

¹ Raça aqui é entendida no sentido de Cabecinhas (2007), ou seja, como o processo de hierarquização e naturalização de características fenotípicas de certos grupos, produzidas política e ideologicamente.

linguísticas capazes de identificar, desconstruir e contrapor informações raciais enviesadas adquiridas dentro da escola ou fora dela. Além disso, as crianças seriam empoderadas com ferramentas necessárias para responder ao racismo de modo construtivo.

A educação racialmente crítica e antirracista também aparece nos estudos de Glass (2012) que definiu formas de analisar o enfrentamento ao racismo que partem de um contínuo de compreensão mais biológica e naturalizada da raça e racismo para aspectos mais complexos, sociais e históricos. Segundo o autor, quanto mais próximos estivermos do modelo de educação antirracista, mais próximos estaremos das lutas de superação ao racismo, pois esse modelo tem um comprometimento sério e estratégico na transformação de vidas e da sociedade. Para isso, todo o programa educacional deve estar sintonizado: o programa de formação docente precisa promover ambientes de aprendizagem na educação básica de modo a combater o estereótipo racial e proporcionar um currículo relevante às experiências de todos. Além disso, os alunos deveriam estudar a formação racial como um aspecto da produção histórica, e os processos que inibem as identidades seriam estudados, revelados e desconstruídos. Sendo assim, a educação antirracista, por meio da integração dos ambientes de aprendizagens das escolas, universidades e outros processos educativos, ajuda a sociedade a deixar de lado uma política de culpa racial e volta-se para a responsabilidade de combater o racismo (Glass, 2012).

Além da educação antirracista, outra abordagem que se mostrou efetiva na diminuição do preconceito e que pode ser uma forma de enfrentamento utilizada pela educação é a abordagem multicultural. Esta está direcionada para o desenvolvimento de habilidades voltadas para o respeito, a tolerância e a inclusão de aspectos como raça e gênero no processo educacional. Os princípios dessa abordagem retratam que as diferenças entre os grupos sociais precisam ser enfatizadas de forma positiva (Husband, 2011; Rutland & Brown, 2005).

Um exemplo de aplicação desse viés realizado no Brasil foi o estudo de Trevisan e Dalcin (2014) que investigou as concepções de multiculturalismo veiculadas pelas imagens de duas coleções de livros didáticos de matemática e buscou relacionar essas concepções com o desenvolvimento de uma matemática mais crítica. Os resultados revelaram que 92% das figuras selecionadas para a pesquisa compuseram o grupo das imagens politicamente corretas, o que representa, para os autores, uma forma ingênua de abordar a diferença. A concepção que prevaleceu, na análise das duas coleções, foi o multiculturalismo humanista liberal, considerada preocupante pelos autores, pois fortalece a existência de

uma igualdade natural entre os sujeitos e não busca problematizar a questão referente à falta de oportunidades a que essas pessoas estão sujeitas em termos sociais e educacionais.

Ainda sobre as estratégias que podem ser utilizadas pela escola para o enfrentamento do racismo em seus espaços, Ulger et al. (2018) realizaram uma revisão meta-analítica, cujo objetivo foi avaliar a eficácia de programas de intervenções bem-sucedidos realizados nas escolas, a fim de melhorar as atitudes entre os grupos. Além disso, objetivou identificar os moderadores que poderiam explicar a variação no tamanho do efeito das intervenções. Foram analisadas 50 intervenções, realizadas em 10 países diferentes, das quais fizeram parte 7005 estudantes em idade escolar. Os resultados demonstraram que as intervenções, as quais utilizaram estratégias de contato entre os grupos, foram altamente eficazes. Entre os estudantes, os que mais se beneficiaram com as intervenções foram os do Ensino Médio em comparação com as séries menores. Não se mostraram eficazes, as intervenções que foram conduzidas por professores, ao se comparar com as conduzidas por pesquisadores externos, e também não tiveram resultados positivos, aquelas que foram realizadas em um único momento.

O enfrentamento ao racismo é uma questão de interesse mundial. Além disso, as estratégias para esse enfrentamento e para a redução do preconceito aparecem em estudos realizados em diversos contextos. Um exemplo disso é uma pesquisa realizada no contexto do conflito israel-palestino, que se propunha a reduzir o preconceito e a promover atitudes positivas entre crianças do ensino fundamental, aplicando o *Extendend Class Exchange Program* (ECEP). Os resultados evidenciaram que o programa se mostrou eficaz na redução de estereótipos, sentimentos negativos e tendências discriminatórias em relação às crianças de outro grupo étnico (Berger et al., 2016). Aqui no Brasil, uma revisão integrativa foi realizada com o objetivo de reunir as principais estratégias de enfrentamento que estão sendo utilizadas pela escola (Carvalho & França, 2019). A partir do levantamento de 20 artigos, os quais traziam uma proposta de combate ao racismo utilizada pela escola ou pela educação, constatou-se que as principais estratégias de enfrentamento a essa problemática estão voltadas para a formação docente, implementação da Lei nº 10.639/06, mudança nos livros didáticos, políticas afirmativas e alteração nos currículos.

A escola tem um importante papel no enfrentamento ao racismo e na eliminação das discriminações de qualquer natureza. Por meio do acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados e às trocas de conhecimentos entre todos os membros da comunidade educativa, a escola pode

proporcionar a conquista de uma racionalidade, no que diz respeito às relações sociais e raciais indispensáveis à construção de espaços mais democráticos e igualitários. O processo educativo também pode funcionar como uma emancipação dos grupos discriminados e como uma via de acesso ao resgate da autoestima das crianças negras, pois pode tornar-se um lugar de encontro das diferenças étnicas e de embate, tornando-se um instrumento eficaz para a prevenção do racismo e para a não incorporação do preconceito pelas crianças negras (Brasil, 2004a; Menezes, 2003).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste capítulo, abordamos aspectos relacionados à inserção do negro na educação básica brasileira e à legislação que orienta o ensino na vertente étnico-racial, além de discutir como as relações raciais são manifestadas no espaço escolar, bem como a respeito da função da escola no enfrentamento ao racismo. Alguns questionamentos sobre a inserção da população negra na educação básica, além da realidade de racismo enfrentada por esta nas escolas brasileiras, foram apresentados e, a partir das discussões desenvolvidas neste capítulo, ficou perceptível que, para responder positivamente a essas questões, um longo caminho precisa ser percorrido. Essa trajetória compreende o reconhecimento do racismo no espaço escolar, passa pela efetivação das legislações que versam sobre as questões raciais, pela análise crítica das relações interpessoais e dos materiais que compõem a escola, reconstruindo e valorizando as identidades raciais, até uma formação que envolva o fazer de todos os que fazem parte da escola juntamente com a comunidade.

O presente capítulo mostrou que o enfrentamento ao racismo pode ocorrer por meio da educação antirracista, pela implementação da Lei nº 10.639/2006, que contribui para mudanças nos currículos escolares, na atuação dos docentes, e oportuniza o contato com histórias diferentes daquelas que se perpetuaram a partir da colonização, entre outros. Além do mais, apresentou possibilidades de intervenções utilizadas pela educação para desenvolver habilidades voltadas ao respeito, à tolerância e à inclusão de aspectos como raça e gênero, bem como intervenções que utilizem estratégias de contato entre os grupos, que podem ser utilizadas como formas de redução de preconceitos.

Contudo, notou-se uma escassez de estudos nacionais, com foco no enfrentamento ao racismo na escola, o que reduziu a variabilidade de discussão do tema proposto dentro da realidade nacional. Embora essa temática tenha sido bastante difundida pelos trabalhos científicos nos últimos anos, ainda ocorre

essa escassez de estudos nacionais, que pode ser explicada, pois o racismo, provavelmente, não está sendo associado ao termo enfrentamento, nesses estudos, ou as estratégias realizadas nas escolas com tal objetivo podem não estar sendo compartilhadas com a comunidade científica. Assim, entende-se ser necessária a ampliação de pesquisas, cujo intento é a divulgação de programas e estratégias que têm contribuído para o enfrentamento ao racismo, a fim de perpassarem os muros da escola, podendo ser reproduzidos em outros espaços e provocando mudanças significativas em nossa sociedade.

Enfrentar o racismo implica em não tolerar e prevenir atitudes discriminatórias. Reeducar as pessoas sobre as relações étnico-raciais é uma responsabilidade social, da qual a escola e a educação têm sua parcela de colaboração. Esse processo, para ser realmente efetivo, depende de uma transformação mais profunda na forma como são pensadas as questões raciais e deve compreender todas as instituições sociais. É na escola que também perpassam as discriminações presentes e enraizadas em nossa sociedade, por isso o ambiente escolar precisa ser democrático para contribuir com a transformação social. Assim, a sociedade seria mais justa e igualitária.

Espera-se que este trabalho seja uma contribuição para a produção de conhecimento sobre as questões raciais e a escola, além de ser um suporte teórico para fomentar discussões a respeito dessa temática, além de sugerir novas práticas antirracistas embasadas cientificamente. Com este estudo, é possível também outros novos, bem como intervenções psicossociais que, cada vez mais, possam aproximar as escolas brasileiras de um modelo de educação, cujo intento seja valorizar os grupos sociais que têm contribuído para a construção da sociedade brasileira.